



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria de Planejamento e Inovação

ATA DE REUNIÃO - COMISSÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

DATA E HORÁRIO:	06 de Julho de 2026, às 16 horas
LOCAL:	Reunião Online via Zoom
REUNIÃO CONDUZIDA POR:	Dra.Lidia de Assis e Souza - Juíza Auxiliar da Presidência
PAUTA DA REUNIÃO:	• Resultado preliminar do Ranking da Transparência do CNJ 2026; • 1ª Etapa do Radar da Transparência: Ranking da Transparência do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) - Oportunidades de Melhoria; • Decreto Judiciário nº 1742/2026 - Regulamenta a gestão de conteúdos do Portal do TJGO e do Portal da Transparência
PROAD	202605000743156
PARTICIPANTES:	Dra.Lidia de Assis e Souza - Juíza Auxiliar da Presidência; Dahyenne Mara Martins Lima Alves - Secretaria-Geral da Presidência; Gustavo Machado do Prado Dias Maciel - Secretaria de Governança Judiciária e Tecnológica; Diego César Santos - Diretoria de Planejamento e Inovação; Ana Flávia Ferreira Antunes - Diretoria de Planejamento e Inovação; Wendel Chaves Cidra - Diretoria de Planejamento e Inovação; Silvana Aparecida de Lima - Ouvidoria; Pollyana Moraes Rodrigues Barbosa - Gestor de Sistemas Administrativos e Soluções Tecnológicas; Cecília Araújo de Oliveira - Centro de Comunicação Social; Clécio Silva Marquez - Corregedoria Geral de Justiça; Victor Frota Lagreca de Melo - Corregedoria Geral de Justiça; Sabrina Oliveira Silva - Secretária do Conselho Superior da Magistratura; Denise Evangelista Teixeira - Escola Judicial (EJUG); Jéssica Felix Cruzeiro - Secretaria de Governança Judiciária e Tecnológica; Lana Nunes Camelo de Araújo - Secretaria-Geral da Presidência;

	Otávia Goyanazes de Lima - Secretária do Plenário e Órgão Especial; Otávio Torreão Vasconcelos Gaião - Gestor de Sistemas Administrativos e Soluções Tecnológicas; Anna Flávia Marques Oliveira - Assessoria da Juíza Auxiliar da Presidência (Dra.Lidia de Assis e Souza)
ABERTURA: Dra.Lidia deu a abertura na reunião, saudou os participantes e passou a palavra para o Diego.	
1. Diego iniciou a apresentação dos três pontos da pauta. Quanto ao primeiro ponto, repassou a palavra para Dra.Lidia, que parabenizou a dedicação de todos que operacionalizam o Portal do TJGO e o Portal da Transparência na conquista de 100% de pontuação no resultado preliminar do Ranking da Transparência divulgado pelo CNJ. Logo após, devolveu a palavra para o Diego abordar sobre o Radar da Transparência. 2. Diego apresentou o resultado de todos os tribunais, com 6 tribunais estaduais alcançando 100% dos critérios, entre eles, o TJGO. Quanto ao Radar da Transparência, Diego relatou que o TCE iniciou a fase de oportunidade de melhorias. Em seguida, compartilhou em tela os apontamentos feitos pelo TCE em que a DPI tratou as melhorias de forma preliminar com cada área. Além disso, informou que a DPI e as áreas técnicas do TJGO responsáveis pelos itens, se reuniram com a equipe de auditoria do TCE para esclarecimento das dúvidas quanto aos apontamentos. 3. Quanto ao item 3.1, referente às receitas, Diego abriu a palavra para alguém da área financeira. Pollyana afirmou que o ajuste havia sido realizado com a validação da Noêmia. Diego passou a abordar sobre os itens 5.1 e 5.2, referente a exportação dos arquivos e passou a palavra para Pollyana, que afirmou que as mudanças também foram realizadas. Quanto ao item 6.1, sobre os recursos humanos, Diego pontuou que foi sugerida a inclusão da data de admissão dos servidores inativos e exonerados e concedeu a palavra para alguém da DGP. Pollyana explicou que iriam terminar de validar hoje e sobre a data de admissão para servidores seria mais simples, contudo, quanto aos magistrados mais antigos, devido aos vínculos anteriores, teria mais dificuldade, contudo já se encontrava em homologação, restando apenas a validação final para colocar em produção. 4. Diego passou ao item 7.2 das diárias, sob responsabilidade da Diretoria Financeira, referente à previsão das diárias internacionais e a necessidade de publicação da informação, caso exista ou não a previsão em sua concessão. Diego pergunta se seria isso mesmo para Ana Flávia, que afirmou que a Pollyana já havia validado a informação com ela, com o ajuste necessário na página. 5. Quanto ao item 8.1, mais complexo, Diego passou a palavra para Pollyana que explicou que a ATRICON solicitou que fossem unificados na mesma relação, os dados das licitações e das dispensas/inexigibilidades de licitação. Pollyana afirmou que devido aos critérios diferentes do CNJ seria arriscado criar outra página, pois o CNJ avalia a página diretamente no site e poderia gerar algum equívoco no momento da avaliação, restando apenas a opção de unir as	

informações. Otávio compartilhou a tela com a demonstração do resultado da página com a combinação dos dados das licitações com os dados de dispensas/inexigibilidades. Pollyana afirmou que alguns dados são específicos para licitações ou dispensas/inexigibilidades e teve que reorganizar as informações em colunas comuns aos diferentes tipos de procedimento.

6. Ana Flávia esclareceu para Dra.Lidia quanto à reunião com o TCE, e que o item foi objeto de questionamento na reunião e por parte de outros órgãos também, todavia, a ATRICON exigia cumprir o item dessa forma, com uma eventual revisão apenas no ciclo de 2027, o que gerou o debate para submeter a decisão para Coordenação do Comitê de Gestão da Informação e Transparência, bem como ao Presidente, por não ser uma decisão a ser tomada pelas áreas técnicas. Pollyana apresentou a cartilha e que não estaria suficientemente clara, a redação do texto quanto ao critério exigido no item 8.1, sendo que no item 8.4, há uma imagem exemplificativa que separa licitações, das dispensas. Diego esclareceu para Dra.Lidia que o próprio TCE diverge da ATRICON, pois não seria a melhor forma de disponibilizar a informação para a sociedade.
7. Dra.Lidia relata a complexidade da decisão quanto ao atendimento do Radar da Transparência e ao CNJ e questionou quanto à dificuldade de operacionalizar a mudança, assim como se o não cumprimento do item afetaria o alcance do Selo Diamante do Radar da Transparência. Diego afirmou que não, mas reduziria o percentual alcançado. Diego acrescentou que acredita ser possível a implementação, inclusive a Pollyana e equipe haviam feito, o que foi elogiado por ele.
8. Dra.Lidia abriu espaço para os membros da Comissão opinarem. Pollyana pontuou que a questão poderia ser levada ao Presidente e questiona se teríamos a possibilidade de argumentação posterior. Ana Flávia explicou que não teria outra fase de contestação, e na 2ª parte de avaliação pela ATRICON, nós também poderemos ser avaliados, inclusive com a revisão da nota e revogação do Selo Diamante, caso encontrem alguma inconsistência durante o período vigente do ciclo de avaliação com o aumento do nível de exigência, neste ano. Diego sugeriu, se possível pela área técnica, manter os dois modelos, em dois locais com uma nomenclatura que não se confunde com o Ranking da Transparência do CNJ. Pollyana abordou que por não saber o local exato que o CNJ avalia, teme avaliarem a informação equivocada, mas que seria possível. Diego disse que seria um nome diferente e, caso necessário, o TJGO utilizaria a fase de recurso.
9. Diego se comprometeu em auxiliar com a sua equipe, caso a escolha seja por essa opção. Dra.Lidia abordou que levaria as alternativas ao Presidente, em preterir a pontuação do item para não correr riscos com o Ranking da Transparência, ou proceder com a alteração, logo após, franqueou a palavra aos integrantes da Comissão. Ana Flávia observou que acha muito doloroso abdicar do 100% no Radar da Transparência. Gustavo Maciel afirmou que do ponto de vista prático, agrupar os dois, ficaria muito ruim na perspectiva do usuário e que a consulta ao Presidente seria válida, por ser um risco em priorizar a ATRICON ou o Ranking da Transparência CNJ, com impacto no Prêmio CNJ de Qualidade. Dahyenne afirmou que a premiação da ATRICON

possui uma relevância entre os poderes e órgãos do Estado, em quem alcança a maior nota e existe esse destaque, na entrega da premiação.

10. Diego passou a tratar sobre o item da Ouvidoria, que seria de menor complexidade, apenas quanto ao ajuste do texto dos períodos e data de atualização na página de desclassificação dos documentos sigilosos. Silvana afirmou que outras servidoras estavam acompanhando essa parte, mas Ana Flávia pontuou que entraria em contato para auxiliá-la quanto aos ajustes. Diego passou, por fim, quanto ao apontamento da publicação das decisões e que em reunião com o TCE, os testes foram realizados e detectaram ser um problema técnico na máquina do TCE. Diego enfatizou sobre o prazo para o envio das evidências com os novos ajustes, para Ana Flávia enviar as informações na plataforma da ATRICON, que seria 07/07 e se a Dra.Lidia e os demais membros estariam de acordo, o que foi ratificado.
11. Diego apresentou o novo Decreto Judiciário nº 1742/2026, referente a melhoria quanto a gestão de conteúdos, e que a Comissão passaria a exercer novas atribuições, pois passou a estar dentro do fluxo de deliberação das mudanças estruturantes de criação ou reestruturação de conteúdo/página no Portal do TJGO e no Portal da Transparência. Ana Flávia afirmou que o pedido passaria pela DPI para análise quanto ao impacto nos prêmios e depois pela DIRCOM, antes de ir para a Comissão. Quanto às mudanças periódicas, o fluxo seguirá da forma anterior (diretamente pelo gestor de conteúdo ou por pedido via e-mail para as áreas técnicas). Ana Flávia ressaltou a importância de cada unidade manter as informações atualizadas durante todo o ciclo de avaliação. Em seguida, Dra.Lidia encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos.

DELIBERAÇÕES:

1. Dra.Lidia irá deliberar com o Presidente sobre as alternativas propostas quanto ao item 8.1 e os seus respectivos impactos para tomada de decisão;
2. As áreas responsáveis farão o envio das novas evidências e ajustes até o dia 07/07 para a consolidação das informações pela DPI e posterior envio ao TCE até o dia 13/07.
3. Dia 07 de Julho, terça-feira, em mensagem no grupo de WhatshApp da Comissão, Dra.Lidia informou que em deliberação com o Presidente Desembargador Leandro Crispim sobre as melhorias referentes ao item 8.1, na dimensão de Licitações, ele definiu que permanecerá como já estava para o Ranking da Transparência do CNJ. Portanto, por ora, o item não seria adequado à sugestão da ATRICON.

CONCLUSÃO: Finalmente, nada mais havendo a expor, eu, Wendel Chaves Cidra, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada.

Wendel Chaves Cidra

Coordenadoria de Acompanhamento e Controle da DPI

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 129087068735 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202605000743156 (Evento nº 48)



WENDEL CHAVES CIDRA

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO.
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA DPI

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 15:48

LIDIA DE ASSIS E SOUZA

JUIZ DE DIREITO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA - LIDIA DE ASSIS E SOUZA

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 15:57

DAHYENNE MARA MARTINS LIMA ALVES

SECRETÁRIO(A) GERAL

SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 16:58

GUSTAVO MACHADO DO PRADO DIAS MACIEL

SECRETÁRIO(A) DE GOVERNANÇA JUDICIÁRIA E TECNOLÓGICA

SECRETARIA DE GOVERNANÇA JUDICIÁRIA E TECNOLÓGICA

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 17:33

DIEGO CESAR SANTOS

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO - DPI

Assinatura CONFIRMADA em 16/07/2026 às 15:52

ANA FLAVIA FERREIRA ANTUNES

COORDENADOR(A)

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA DPI

Assinatura CONFIRMADA em 13/07/2026 às 20:19

SILVANA APARECIDA DE LIMA

ASSISTENTE

OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

Assinatura CONFIRMADA em 13/07/2026 às 11:17

POLLYANA MORAES RODRIGUES BARBOSA

COORDENADOR(A) DA SECRETARIA DA DIRETORIA GERAL

COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES EM SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DA DIRETORIA-GERAL.

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 16:33

LUCIANO AUGUSTO SOUZA ANDRADE

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Assinatura CONFIRMADA em 14/07/2026 às 11:48

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 17:07

Victor Frota Lagreca de Melo

ASSESSOR

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 17:01

SABRINA OLIVEIRA SILVA MESQUITA

SECRETÁRIA (O)

SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 16:07

DENISE EVANGELISTA TEIXEIRA

ASSESSOR JURÍDICO III

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - EJUG

Assinatura CONFIRMADA em 14/07/2026 às 13:30

Jessica Felix Cruzeiro

ASSESSOR ADMINISTRATIVO II

SECRETARIA DE GOVERNANÇA JUDICIÁRIA E TECNOLÓGICA

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 17:28

LANA NUNES CAMELO DE ARAUJO

ANALISTA JUDICIÁRIO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 10/07/2026 às 22:14

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 129087068735 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202605000743156 (Evento nº 48)

OTAVIA GOYANAZES DE LIMA

SECRETÁRIA DO PLENÁRIO E DO ÓRGÃO ESPECIAL

SECRETARIA DO PLENARIO E DO ÓRGÃO ESPECIAL

Assinatura CONFIRMADA em 13/07/2026 às 13:44

OTAVIO TORREAO VASCONCELOS GAIAO

ASSESSOR ADMINISTRATIVO III

COORDENAÇÃO DE SOLUÇÕES EM SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DA DIRETORIA-GERAL.

Assinatura CONFIRMADA em 14/07/2026 às 13:24

Anna Flávia Marques Oliveira

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE JUIZ DE DIREITO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA - LIDIA DE ASSIS E SOUZA

Assinatura CONFIRMADA em 14/07/2026 às 14:50

